

Primeiras médicas do Brasil

Rita Lopes não conheceu preconceito que impediu trabalho de Maria Augusta

Lina de Albuquerque

São Paulo — Há exatamente 100 anos despontou no cenário imperial a primeira médica diplomada no Brasil, a gaúcha Rita Lobato Velho Lopes, graduada com distinção pela Faculdade de Medicina da Bahia. A primeira médica brasileira, entretanto, chamava-se Maria Augusta Generoso Estrela e não teve a mesma sorte de Rita Lopes: apesar de ter concluído o curso de Medicina 10 anos antes (1877) no New York College, nos Estados Unidos, ela não conseguiu revalidar seu diploma ao regressar ao Brasil.

A professora do curso de pós-graduação de História Social, Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula, da USP (Universidade de São Paulo), ao folhear casualmente um memorial da Faculdade de Medicina da Bahia, deparou-se com uma reprodução do diploma de Rita Lopes que, com 20 anos, tornou-se a primeira médica a exercer a profissão no Brasil, em acordo com as leis do Império.

Mas que leis seriam essas se, 10 anos antes, a primeira médica diplomada no exterior não pôde se profissionalizar no próprio país de origem? A professora Maria Regina, autora de trabalhos publicados em Portugal e na China e atualmente coordenando o terceiro índice da *Revista de História* (publicação trimestral editada durante 27 anos pelo seu marido, Eurípedes Simões de Paula, já morto), quis desvendar o mistério. O primeiro passo foi conhecer a biografia de Rita Lopes (natural de uma pequena cidade do Rio Grande do Sul, São Pedro do Rio Grande), escrita pelo médico baiano Alberto Silva, no mesmo ano — 1954 — em que ela morreu, aos 93 anos. Depois investigou a fundo — e esta foi a etapa da pesquisa que mais a motivou — a legislação imperial, particularmente a do período entre o ingresso das médicas Maria Augusta no New York College e Rita Lopes na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (ela se transferiu, no ano seguinte para a Faculdade de Medicina da Bahia, onde se formou e especializou-se no estudo da cesariana). Foi então que a historiadora detectou um episódio esquecido, de dar água na boca às feministas contemporâneas: dois anos depois do veto ao

Reprodução

exercício da profissão da médica Maria Augusta, que por sinal estudara no exterior com bolsa dada pelo próprio D. Pedro II, aprovou-se um decreto, de autoria de um dos ministros de maior confiança do imperador, Leôncio de Carvalho, que facultava às mulheres a matrícula nos cursos superiores do Império. Nesta época — 1879, ano do nascimento do grande físico Albert Einstein — só havia quatro escolas com cursos de nível superior no Brasil: Medicina, no Rio de Janeiro e em Salvador, e Direito, no Recife e em São Paulo.



Rita Lopes

“D. Pedro II, provavelmente o maior inspirador deste decreto, teve muitos defeitos, mas foi um grande amigo da instrução”, comenta a professora Maria Regina. A jovem Rita Lopes, com apenas 15 anos, foi a primeira a beneficiar-se desta suposta característica do imperador. A médica Maria Augusta também obtivera o seu apoio para estudar no exterior, mas não há dados históricos, segundo a professora, que indiquem que ela tenha exercido a medicina no Brasil após o veto de 1877.

Em 1882, terceiro ano de vigência do alvará libertário, Rita Lopes desistiu do curso preparatório para a instrução pública em Porto Alegre e matriculou-se no 1º ano da Faculdade de Medicina da Corte, no Rio de Janeiro. No ano seguinte, foi transferida para a Faculdade de Medicina da Bahia. Sua biografia também revela que seu pai, o rico estancieiro Francisco Lopes, proprietário das fazendas Santa Vitória e Boa Vista, ambas em São Pedro do Rio Grande, acompanhou toda a trajetória desta pioneira, uma de seus 14 filhos. Mudou-se com ela para a Bahia, por ocasião de sua transferência e só voltou ao Rio Grande do Sul quando a filha concluiu o curso. Dois anos depois de formada, a médica casou-se com o primo, o agricultor Antônio Maria Amaro de Freitas, e teve com ele uma única filha, Isis Lopes de Freitas. Nesta mesma época, ela começou a clinicar em Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, onde viveu até o final de seus dias. Como se não bastasse o pioneirismo nas ciências, Rita Lopes também se elegeu vereadora nesta cidade numa época (década de 30) em que a mulher brasileira mal tinha acabado de dar o seu primeiro voto.